

As confrarias de Braga na época barroca

Coordenação

**Maria Marta Lobo
de Araújo**

húmus

AS CONFRARIAS DE BRAGA NA ÉPOCA BARROCA

Coordenação: Maria Marta Lobo de Araújo

Capa: Edições Húmus

© EDIÇÕES HÚMUS, LDA., 2016

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Março de 2016

Depósito legal: 405946/16

ISBN: 978-989-755-200-7

ÍNDICE

- 7 Introdução
Maria Marta Lobo de Araújo
- 23 A confraria de São Vicente no século XVIII:
funcionamento e práticas assistenciais aos irmãos
Ariana Almendra
- 43 Devoção e assistência: um olhar sobre os estatutos de 1680
da confraria de São Francisco da Sé de Braga
Maria Marta Lobo de Araújo
- 65 Confrarias conventuais em Braga na Época Moderna
Ricardo Silva
- 77 A confraria de Santa Cruz de Braga e as cerimónias quaresmais (século XVIII)
Elsa Silva
- 95 A contabilidade da confraria de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)
Sara Silva
- 115 A assistência à alma na confraria da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo
na primeira metade do século XVIII.
José Hermes dos Santos Pimentel
- 135 As confrarias de Braga e as dificuldades crescentes na celebração dos
sufrágios perpétuos (século XVIII)
Tiago Ferraz

INTRODUÇÃO

Maria Marta Lobo de Araújo*

As confrarias surgem no período Medieval e rapidamente se tornam populares na sociedade. Cumpriam muitas funções que passavam pelo campo religioso, da caridade, da sociabilidade, do reforço ou da construção de identidades, da coesão comunitária e do poder¹. Muitas destas associações possuíam hospitais, onde, para além de receberem pobres, praticavam outras obras de caridade². Na Idade Média, as confrarias tinham como grande objetivo a salvação das almas dos que as compunham e a prestação de serviços de caridade.

Quer fossem ou não de confrarias, os hospitais medievais podiam ainda criar crianças enjeitadas, ajudar órfãs, assistir viúvas, proceder ao resgate de cativos, esmolar peregrinos, vestir e alimentar pobres, assistir doentes ao domicílio e enterrar mortos. Outros tinham ainda a obrigação de sustentar perpetuamente um número fixo de pobres, os quais deviam rezar pela alma do instituidor³. Estas instituições cumpriam também funções religiosas, porque recebiam legados, que normalmente acarretavam responsabilidades com as almas dos instituidores.

A ajuda aos pobres acontecia, normalmente, no dia do santo padroeiro, quando lhes davam roupa e/ou comida⁴. Podiam ainda distribuir roupa aos

* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho. Membro do Lab2PT.

1 Veja-se Penteado, Pedro “Confrarias”, in Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-462.

2 As confrarias do Espírito Santo foram responsáveis por uma ação muito interveniente no apoio aos pobres. Leia-se Basto, António, *As confrarias medievais do Espírito Santo, paradigmas das Misericórdias*, in separata das “Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo”, Lisboa, 1982, pp. 69-85; Abreu, Laurinda, “Confrarias do Espírito Santo e Misericórdias: um percurso histórico moldado pela intervenção régia”, in *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*, Lisboa, Torre do Tombo, 2004, p. 51.

3 Confira-se para esta matéria Rosa, Maria de Lurdes, “Dinheiro, poder e caridade: elites urbanas e estabelecimentos de assistência (1274-1345)”, in Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 460, p. 465.

4 Para o estudo destas refeições conjuntas confira-se Mata, Luís, *Ser, Ter e Poder. O hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Lisboa, Ed. Magno, 2000, p. 27; Beirante, Maria Ângela, “Ritos alimentares em algumas confrarias portuguesas medievais”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações e Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 568-569.

mais necessitados e contribuir para ajudar a libertar um seu irmão preso ou dar-lhe uma esmola para ir em peregrinação a um local de sua devoção e muito frequentemente a Jerusalém⁵.

A realização de bodos era frequente na Idade Média e para além de associarem os pobres à vida das irmandades, transformava-se num ritual concorrido por parte de quem necessitava⁶.

A repartição de esmolas podia ainda estar associada ao calendário litúrgico, como acontecia na confraria de São João do Souto, em Braga⁷.

A distribuição de bodos aos pobres era uma prática muito enraizada na Idade Média e muitas irmandades tinham-na inscrita nos seus compromissos ou era corrente nas suas linhas de ação.

A igreja católica encarregou-se ao longo da Idade Moderna de limitar ou acabar com estas manifestações, proibindo-as e permitindo apenas às confrarias do Espírito Santo de as continuar a realizar⁸. Invocava-se comportamentos e atitudes menos próprios em espaços sagrados e, por conseguinte, desajustados a uma Igreja que se queria controladora e dominadora dos comportamentos dos seus devotos. O Concílio tridentino tinha imposto uma instituição mais pura e menos permissiva a atos desviantes. Mesmo assim, algumas irmandades mantiveram os bodos ao longo da Idade Moderna, dando corpo a uma prática enraizada e do agrado das populações.

O exercício da caridade servia interesses a pobres e ricos. Na Idade Média, entendia-se por caridade “o amor a Deus e do seu próximo sem o qual ninguém se podia salvar”. Era através da prática das obras de misericórdia que se materializava o amor ao próximo e se louvava e exaltava o nome de Deus. Esperava-se, contudo, que ela revertesse para a salvação da alma.

5 Sobre as formas de assistência da confraria dos mareantes de Caminha no século XVI veja-se Pinto, Sara Maria Costa, *Caminha no século XVI: estudo sócio-económico. Dos que ganhão as suas vidas sobre as agoas do mar*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2008, pp. 36-141.

6 Leia-se Fonseca, Jorge, “Para a história do associativismo no Alentejo medieval. A confraria e albergaria do Espírito Santo do Vimieiro (1282)”, in *A cidade de Évora*, nº 3, II série, 1998-1999, pp. 37-38.

7 Os confrades de São João do Souto, de Braga, entregavam esmolas aos pobres no dia da Senhora das Candeias e no dia de São João. Veja-se Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de São João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, nºs 81-82 (94-95), 1982, pp. 85, 88. Também as Ordens monásticas tinham dias de distribuição de esmolas, associando a sua entrega ao calendário religioso. Preferiam os domingos e os dias festivos solenes, como era o de quinta-feira santa. Confirma-se Mattoso, José, “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo 2, 1979, p. 642.

8 Veja-se Marçal, Maria Paula, “A casa das rainhas e a confraria do Espírito Santo de Alenquer (1645-1653). Poderes senhoriais e patrocínio religioso”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. V, 2001, p. 655.

Desde a Baixa Idade Média, sobretudo a partir do século XII, que a Igreja promoveu a valorização das obras de caridade. Muitos compromissos de confrarias recordavam-nas e exortavam os seus membros a praticá-las. Vários destes textos evocam passagens bíblicas, muito comumente do Evangelho de São Mateus, onde os crentes são confrontados com práticas de caridade e com a necessidade de a exercitarem para salvarem as suas almas.

A assistência espiritual praticada pelas confrarias era igualmente uma atividade de grande relevo.

Em caso de morte, a situação agravava-se e desde logo se colocava a necessidade de fazer o enterro. Os que integravam confrarias aguardavam que os seus irmãos lhes fizessem as exéquias fúnebres, enquanto os outros esperavam a caridade das instituições de assistência para os enterrar pelo “amor de Deus”. Muitas irmandades da Idade Média beneficiavam os seus membros com orações na hora da morte e particularmente os pobres, que se encontravam privados de todos os meios materiais para alcançarem intercessores espirituais⁹. Os moribundos eram ainda acompanhados pelos seus irmãos no momento difícil de deixar a vida terrena, assistindo-lhes à morte, ajudando-os a bem morrer. Depois de mortos, as suas almas eram sufragadas com missas.

Os funerais serviam também para ajudar pobres. Quando se enterravam pessoas com bens, distribuía-se-lhes comida e outras esmolas. Este facto tornava estes funerais concorridos pelos mais necessitados, que tinham nestas ocasiões momentos de benefício. Em contrapartida, esperava-se que os necessitados rogassem a Deus pela alma do defunto.

Quando chegaram ao final de Idade Média muitas destas instituições estavam em crise e já não davam satisfação às exigências dos seus compromissos, enquanto outras já tinham sucumbido. A situação em que se encontravam ficava a dever-se à mudança operada na vivência da espiritualidade, a um certo desgaste a que estas instituições tinham chegado, à sua gestão, à falta de irmãos e à incapacidade de renovarem o seu corpo de confrades. Muitas contavam pelos dedos das mãos o número de inscritos, facto que só por si inviabilizava o sistema eleitoral que possuíam e levava à perpetuação dos mesmos nos cargos diretivos. Abusos, desvio de dinheiro para fins não consentidos, desleixo e decadência são sintomas de um tempo de crise, que deixou para trás momentos de glória e que aguardava novos rumos.

No início da Idade Moderna, a situação agudizou-se e tornou-se imperioso reestruturar o sistema de caridade existente. Reconhecia-se a pequenez dos institutos hospitalares, o seu número excessivo, a deficiente forma em que

9 Consulte-se Beirante, Maria Ângela, *As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, Ed. da autora, 1990, pp. 27-28.

10 Confirma-se, Ariès, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema, 1988, p. 82.

estavam a ser governados, a má administração das suas rendas e o abuso de muitos administradores, que as utilizavam para uso pessoal. Urgia melhorar a sua utilização e responder com eficácia às novas exigências. Esta alteração implicava maior rigor na gestão dos seus rendimentos, obrigando a que fossem aplicados nos fins para que tinham sido deixados.

Por outro lado, no século XVI, a Europa foi confrontada com o aumento da pobreza e com a incapacidade de lhe dar resposta com as estruturas existentes. Impunha-se uma reforma neste setor¹¹.

No campo religioso, a Reforma trouxe novas esperanças e levou à abertura de novos caminhos por parte da igreja romana. Em Portugal, a reforma da assistência iniciou-se no século XV, num profundo ambiente de renovação espiritual e deu origem à reforma dos hospitais e, mais tarde, à criação das Misericórdias, com a Santa Casa de Lisboa, em 1498. Criadas pela Coroa, as Misericórdias eram instituições leigas, reconhecidas pelo Concílio de Trento como confrarias de *imediate protecção régia*, facto que as isentava da visita do Ordinário, que apenas tinha acesso aos seus locais de culto¹².

Depois do Concílio de Trento e por toda a Europa do Sul assistiu-se à renovação das confrarias. No caso português, as Misericórdias reuniram e coordenaram muitas funções anteriormente cumpridas pelas confrarias medievais, sem, contudo, as esvaziarem. Não há dúvida, contudo, que as irmandades da Idade Moderna estiveram mais associadas às práticas de culto. Todavia, é errado pensar-se que deixaram de praticar a caridade. Várias delas mantêm uma linha assistencial aos seus irmãos pobres, velhos e presos. Esta é uma linha de investigação que interessava desenvolver e que conta em Braga com excelentes arquivos onde a temática pode e deve ser analisada¹³.

Associações de fiéis, as confrarias tiveram ao longo da Idade Moderna um papel religioso e social de relevo. Tinham como principais objetivos a promoção do culto e a ajuda espiritual e, em alguns casos, material aos seus irmãos mais carenciados, como acabamos de referir¹⁴. Como verificamos, beneficiavam preferencialmente os seus membros, mas ajudavam também outros neces-

11 Leia-se para este assunto Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

12 Apesar desta condição, em muitas localidades os agentes da Igreja procuraram introduzir a sua jurisdição nestas confrarias, facto que originou veementes protestos junto da Coroa.

13 Como trabalho preliminar veja-se o estudo de Araújo, Maria Marta Lobo de, "As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna. Estudo preliminar", in *Interconexões. Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 1, 2014, pp. 15-32.

14 De forma a conhecer a ação assistencial da confraria de São Vicente de Braga aconselha-se a leitura do trabalho de Almendra, Ariana, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dis. de Mestrado policopiada.

sitados¹⁵. Porém, o seu campo privilegiado de ação centrava-se no culto e na promoção de práticas religiosas. Pólos importantes da igreja católica, de agregação de devotos e de incentivo ao culto e à devoção, as confrarias estavam muito próximas dos fiéis e gozavam de grande prestígio entre os seus membros. Eram "células de base" de intervenção, que atuavam dentro de um quadro normativo esclarecido, aprovado e incentivado pela Igreja.

Como eram instituições religiosas, estavam ligadas ao bispo da respetiva diocese, dependiam da sua anuência para aprovação dos seus estatutos e para construção ou renovação dos espaços religiosos. Conhecedora da força destas instituições agregadoras, a Igreja teve em relação às irmandades uma atitude de encorajamento e de facilitação da sua implantação.

Mas como surgiam estas instituições? Quem eram os protagonistas e como emergiam? Durante a Idade Moderna, as irmandades foram criadas por leigos e religiosos, sempre com uma intenção de promover e aclamar uma adoração. Em muitos casos foram os próprios religiosos da paróquia que emergiram como principais obreiros. Outras vezes, as associações de fiéis nasceram da vontade de um homem ou de um grupo de devotos que desejaram organizar-se em torno de um objetivo comum: venerar um santo ou santa da sua devoção.

Para erigir uma instituição deste tipo era necessário ter condições materiais que o possibilitassem. Por isso, nos casos em que particulares surgem como promotores são quase sempre os mesmos a disponibilizar parte dos seus bens para a construção da capela ou da igreja ou para a compra de alfaías religiosas.

Mas que interesses motivam estas pessoas? Eram sempre religiosos, mas não só. As irmandades promoviam muitos outros aspetos que não devem ser desprezados. As confrarias contribuíram para o reforço dos laços de solidariedade e de ajuda ao próximo, concorrendo, em alguns casos, com outras instituições, nomeadamente com as Misericórdias e com os particulares para diminuir o sofrimento dos que, por variadas razões, necessitavam de auxílio.

A força das confrarias na Idade Moderna centra-se essencialmente no impulso que deram à Reforma da igreja católica. Espalharam-se por todas ou quase todas as freguesias, por vezes em número elevado em cada paróquia, estavam distribuídas pela igreja paroquial, por capelas, conventos, mosteiros, sés, santuários de peregrinação e pelos diversos altares. Desempenharam um importante papel na promoção e intensificação das práticas de culto, chamando os crentes à igreja e envolvendo-os em várias manifestações religiosas.

15 Para esta matéria veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX)", in *Bracara Augusta*, vol. L, Braga, 2001/02, pp. 441-468. Veja-se ainda Araújo, Maria Marta Lobo de, "Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783-1839)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coords), *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 107-124.

A grande maioria destas associações prestava devoção às Almas do Purgatório, a Nossa Senhora do Rosário e ao Santíssimo Sacramento¹⁶. Reforçados no pós-Trento, estes cultos alargaram-se a todo o mundo católico, agregando fiéis e intensificando a prática devocional.

O culto à Virgem cresceu em finais da Idade Média, aumentando, nestas circunstâncias, os locais onde esta adoração era louvada e invocada: capelas, santuários, igrejas e altares. No seu conjunto, deram corpo a um culto que se expandiu no curso da Idade Moderna, em particular a partir da Reforma da igreja de Roma.

Na arquidiocese de Braga, o século XVI ficou marcado pela propagação do culto mariano. Esta adoração está patente nas múltiplas ladainhas medievais¹⁷, geradoras de grande “impacto na devoção dos fiéis quando rezadas, mas sobretudo quando cantadas”¹⁸. A devoção mariana tornou-se num dos eixos principais das práticas devocionais modernas¹⁹. O culto de Nossa Senhora foi conjuntamente com o do Santíssimo Sacramento e com o das Almas uma das grandes apostas feita pela igreja católica após Trento. Através de imagens, da instituição de confrarias, de práticas devocionais ou outras formas, a igreja católica glorificou Nossa Senhora através de um esforço constante de valorização das suas virtudes.

O movimento confraternal foi visível nas dioceses onde se criaram muitas confrarias, mas também na renovação de devoções anteriormente existentes ou através da implementação de novas adorações²⁰. O movimento de associação que vinha da Idade Média foi reestruturado, conhecendo a partir de então um novo dinamismo. Houve instituições que foram extintas, outras que se reuniram, algumas que foram relançadas pela reforma do catolicismo²¹ e

16 Consulte-se Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 463.

17 Veja-se Ribeiro, Bartolomeu, “A ladainha mariana dos portugueses”, in *Itinerarium*, n.ºs 10-11, 1956, pp. 415-423.

18 Confira-se Marques, José, “A Senhora dos Milagres de Cambeses, no contexto do culto mariano do século XVI”, in *Memória e Diálogo. Actas das Comemorações do IV Centenário do Santuário da Senhora dos Milagres*, 2002-2003, Braga, Santuário da Senhora dos Milagres, 2004, p. 62.

19 O estudo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida permite compreender o reforço desta adoração da Época Moderna, dando um enfoque particular na cidade do Porto. Leia-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, “O culto de Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna”, in *Revista de História*, vol. II, 1979, p. 167.

20 Para esta temática consulte-se Marques, José, “As confrarias da paixão na antiga arquidiocese de Braga”, in *Teológica*, II série, vol. XXVII, fasc. 2, 1993, pp. 448-449.

21 Em Vila Viçosa, a confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia, com estatutos de 1612, foi reedificada neste templo. Tinha anteriormente sido fundada na igreja de São Bartolomeu da mesma vila. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As traves mestras da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o compromisso de 1612”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41 (3-4), 2001, pp. 137-138.

ainda outras que se instituíram de raiz. Desta forma, estas associações que se vigoraram com a Reforma do catolicismo, transformaram-se em círculos ativos de crentes, apoiantes empenhados na divulgação da fé e na intensificação das práticas religiosas.

Um pouco por todo o lado, as associações que promoviam o culto das Almas ganharam adeptos²². Quase todas as paróquias se empenharam na edificação de confrarias que invocavam as Almas do Purgatório²³. Embora as restantes irmandades se preocupassem com as Almas e as sufragassem, as associações desta invocação cuidavam especialmente delas, empenhando-se na celebração de sufrágios que as conduzissem ao Paraíso Celestial²⁴. Mesmo nas freguesias mais pobres, havia normalmente uma irmandade dedicada às Almas do Purgatório.

Com o objetivo de purificar a alma e de incrementar a devoção ao sagrado, a igreja católica promoveu igualmente as confrarias de Nossa Senhora e, em particular, a Nossa Senhora do Rosário²⁵. Tinham como principal objetivo a oração através do terço. Estas associações de crentes promoviam atos de oração, onde os irmãos deviam comparecer²⁶, bem como procissões em espaços públicos onde se cantava o terço. Constituíam manifestações públicas de piedade que reuniam os devotos do Rosário. Numa impressionante devoção à Virgem, a reza do terço espalhou-se por todo o mundo católico, expressa não apenas na oração, mas também através de imagens, pinturas, altares, capelas e sinais votivos²⁷.

22 A devoção às Almas encontra-se em quase todas as freguesias, através de confrarias, altares e painéis alusivos. Confira-se Afonso, Belarmino, “Confrarias e mentalidade barroca”, in *I Congresso Internacional do Barroco, Actas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, p. 22.

23 Em algumas paróquias existiam mais do que uma destas confrarias. Na freguesia de Taião, concelho de Valença, existiam duas desta invocação, em 1758. Também no Pico de Regalados existiam duas irmandades das Almas: a confraria das Almas e a das Benditas Almas de S. Martinho, ambas situadas na capela de Nossa Senhora da Salvação, da vila.

24 Leia-se para este assunto Ferraz, Tiago, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de Doutoramento policopiada.

25 O apelo à oração do terço constituía uma das principais funções destas associações de fiéis. Veja-se Torres, António Brandão Martins, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Memória do tricentenário (1686-1986)*, Póvoa de Varzim, s. e., 1987, pp. 15-17.

26 Na confraria de Nossa Senhora do Rosário da Póvoa de Varzim, os irmãos eram obrigados a marcar comparência nestes momentos. Os faltosos não beneficiavam das indulgências concedidas pelos Papas aos confrades. Veja-se Torres, António Brandão Martins, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Memória do tricentenário...*, p. 17.

27 Veja-se Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais”, in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 587.

A oração do terço exigia recolhimento e meditação. Os devotos do Rosário oravam não apenas para si, mas também pelas suas intenções, podendo fazê-lo na totalidade do terço ou dedicando os mistérios a diferentes intenções²⁸.

A implementação do culto ao Santíssimo Sacramento foi coordenada pela Igreja. As Constituições Sinodais do arcebispado de Braga, publicadas em 1697, justificavam a criação das confrarias do Santíssimo Sacramento e do Corpo de Deus e incitavam os crentes a alistarem-se nestas associações “pelo que encomendamos muito a todos vos os subditos, que de todas as Confrarias sejam devotos, mas destas duas muito mais, e as ajudem com suas esmolas”²⁹.

Porém, nem todas as paróquias reuniam condições para “disponibilizar os rendimentos necessários” à sua instalação³⁰. Esta ficou frequentemente associada às dádivas dos fregueses, que demonstravam desta forma o desejo de o possuírem na sua freguesia³¹.

O movimento de instalação dos sacrários na diocese de Braga foi lento e condicionado pelas capacidades económicas das paróquias. Impunham-se normas obrigatórias para a sua existência e exigiam-se rendimentos para a sua manutenção³².

Reunidas as condições de acolhimento do Santíssimo Sacramento, a instalação destas confrarias ficou a dever-se em grande medida aos párocos e aos seus fregueses. Uma acção conjunta que objectivava a devoção da Eucaristia, fundamentalmente através de ações como a exposição e veneração deste culto.

Esta adoração incentivou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII, através do esforço e promoção levados a cabo pelas confrarias desta invocação³³.

Para além da adoração ao Santíssimo, através da iluminação permanente do sacrário, do cuidado e asseio do altar-mor, da igreja e da cera, competia

28 Froeschle-Chopard, Marie Hélène, “La devotion du rosaire a travers quelques livres de piété”, in *Histoire, Economie, Société*, vol. 10, nº 3, 1991, p. 312.

29 *Contituicoens Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo illustrissimo senhor arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo illustrissimo senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697, pp. 307-308.

30 Para esta temática confira-se Capela, José Viriato; Silva, António Joaquim Pinto da, *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001, pp. 76-77.

31 Leia-se Soares, Franquelim Neiva, “A confraria do Santíssimo Sacramento de S. Miguel das Marinhas”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3, 20 (1-2), 2003, pp. 234-237.

32 Veja-se Soares, Franquelim Neiva, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais; Governo Civil de Braga, 1997, pp. 463-467.

33 Consulte-se Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Ariès, Phillipe; Duby, Georges (Dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, pp. 89-90.

ainda à irmandade efetuar uma procissão todos os meses, nos terceiros domingos de cada um. Mensalmente, os fiéis eram chamados a integrar um desfile dedicado ao Santíssimo, demonstrando a devoção e a pertença a um círculo de veneração e promoção deste culto.

Era também atributo destas confrarias levar o Santíssimo Sacramento aos doentes, fazendo-o com a veneração estipulada pelos seus compromissos.

Mas quais as razões que levaram homens, mulheres e crianças, jovens e velhos a colocarem-se sob a proteção de irmandades, que atuavam como uma “segunda família”? Questões como a salvação da alma estariam na linha da frente. Os homens procuravam agregar intercessores no espaço celestial e terreno para mais facilmente obterem a sua salvação, mas o auxílio em horas de aflição estaria também presente na mente de quem as procurava. Algumas confrarias patrocinavam a libertação de irmãos presos, enquanto outras disponibilizavam ajuda às viúvas, em dinheiro ou cereais. Por outro lado, alargava-se o espaço de pertença e geravam-se novos locais de sociabilidade.

A integração em uma ou mais irmandades testemunha o empenho na integração social de um indivíduo através do acesso a círculos de sociabilidade geradores de coesão e força social. A devoção comum a uma adoração fortalecia os laços comunitários e assegurava proteção na vida e na morte³⁴. Gerava ainda melhor integração social e proporcionava uma afirmação mais sólida e visível na comunidade³⁵. Deve ainda considerar-se a vontade de pertença a uma associação de um culto particular, atendendo à devoção especial que cada um poderia ter³⁶.

Muitas irmandades funcionavam com joias de entrada e/ou anuais³⁷, facto que estabelecia uma triagem entre os potenciais interessados. Nem todos podiam aceder a estas instituições que exigiam um montante para o ingresso. Mas muitos alistavam-se em mais do que uma, demonstrando o seu poder financeiro, mas também a vontade de integrar vários círculos de oração e outras

34 Para Santarém consulte-se Reis, Maria de Fátima, *Santarém no tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Ed. Colibri, 2005, p. 357.

35 Sobre este assunto confira-se Penteadó, Pedro, “Confrarias portuguesas na Época Moderna: problemas, resultados e tendências de investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, pp. 26-28.

36 Leia-se Silva, Mário José Costa da, “A confraria de Santa Maria Madalena de Montemor-o-Velho: subsídios para a sua história”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, pp. 57-58.

37 Montantes pagos anualmente à confraria. A irmandade do Espírito Santo de Ponte de Lima, erecta na igreja Matriz da vila, era uma instituição de sacerdotes. Admitia, no entanto, também irmãos leigos. Quer uns, quer outros estavam sujeitos ao pagamento de anuais. Arquivo Municipal de Ponte de Lima. Fundo da Confraria do Espírito Santo (doravante AMPL), *Livro dos cabidos e acordos que se fazem 1619-41*, fl. 17.

práticas religiosas que um dia mais tarde também lhe haveriam de valer³⁸. Homens e mulheres esforçavam-se por pertencer a um número alargado de irmandades, alimentando a crença na proteção em vida e no *pos-mortem*. Na hora da partida recrutavam-se os serviços das confrarias de maior devoção para o acompanhamento fúnebre e repartia-se a herança entre algumas destas instituições.

Se por um lado, a prestação destes serviços significava proteção, crença e projeção social para quem os solicitava, para as confrarias representava uma forma de adquirir receitas e de demonstrar a sua utilidade ao universo de crentes. Existiam ainda outras que desempenharam um papel significativo no enterro de pobres, oferecendo a mortalha e fazendo o acompanhamento fúnebre, como já referimos³⁹.

Os funerais constituíam um momento muito importante para estas instituições que assumiam um lugar de destaque pelas funções que prestavam. Este facto era reconhecido pelos irmãos, pois, efetuavam grandes investimentos nestes momentos⁴⁰. O papel de agente de salvação coletiva foi fundamental para a popularidade destas instituições⁴¹. Para a confraria, o momento não deixava também de ter um significado especial. Tratava-se sempre de uma exposição pública, em que era objeto de avaliação, podendo ou não angariar novos legados. Por esta razão, as irmandades cuidavam da sua imagem sempre que se expunham nas saídas à rua.

Nem todas as confrarias dispunham das mesmas receitas, mas a base de financiamento destas instituições era muito semelhante, sendo composta por esmolas, joias de entrada, legados e dinheiro a juro. Algumas impunham ainda o pagamento de anuais aos seus membros. Para além das receitas enunciadas, algumas destas associações possuíam bens de raiz, que se encontravam normalmente aforados (constituídos por propriedades rústicas, urbanas, animais e árvores), recebiam muitas esmolas e beneficiavam ainda de receitas provenientes das operações de crédito. Esta atividade, em que se envolveram quase todas

38 Consulte-se Marcos Martín, Alberto, "La Iglesia y la beneficencia en la Corona de Castilla durante la época moderna. Mitos y realidades", in Breu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2004, pp. 100-101.

39 Confira-se Vieira, Maria José de Azevedo Flores, *A confraria do Menino Deus e a paróquia de Maximinos (1700-1850). População, sociedade e assistência*, Braga, Universidade do Minho, 1994, pp. 195-200, dis. de Mestrado policopiada.

40 Veja-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 320.

41 Para este assunto consulte-se Flynn, Maureen, *Sacred Charity. Confraternities and social welfare in Spain 1400-1700*, London, The Macmillan Press, 1989, pp. 12-13.

as irmandades, apresentou-se muito lucrativa, apesar de ser pouco segura⁴². Faziam-no não apenas aos seus membros, mas a todos aqueles que precisavam e demonstravam condições de poder pagar os juros e o capital⁴³. Apesar das cautelas tomadas, que ditavam a elaboração de uma escritura notarial e a apresentação de fiadores e de bens de fiança, no século XVIII, as confrarias foram confrontadas com créditos mal parados e com dívidas falidas⁴⁴, à semelhança, aliás, do que sucedeu com todos os que optaram por rentabilizar capitais através do empréstimo a juros.

Por último, o leque das receitas inclui ainda os peditórios realizados e o produto dos bens de que não necessitavam.

Os benefícios oferecidos por estas associações abarcavam tanto mortos como vivos. Para os vivos, os ganhos podiam ser corporais e/ou espirituais. O auxílio prestado aos confrades podia integrar dinheiro, roupa e/ou cereais⁴⁵. Muitas irmandades continuaram no Período Moderno a beneficiar os seus irmãos e mesmo gente pobre extra-instituição⁴⁶. Outra forma de benefício traduzia-se na celebração de missas e outros sufrágios.

No âmbito dos serviços aos mortos, acompanhavam-se os moribundos e sufragavam-se as almas dos defuntos, através de missas, resposos e procissões. Havia ainda quem na Idade Moderna continuasse com a prática das "amentas", isto é a invocação das almas e a prática de orações pela sua salvação. Ofereciam-se ainda esmolas em favor dos mortos, procurando-se a remissão dos pecados de quem as dava e de quem já tinha partido⁴⁷.

42 Sobre as receitas das confrarias bracarenses no século XVIII confira-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 135-137, dis. de mestrado policopiada. Veja-se ainda o trabalho de Silva, Sara Manuela, *A confraria de Nossa Senhora do Carmo de Braga 1750-1850*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.

43 Leia-se a propósito Carboni, Mauro, *Il credito disciplinato. Il Monti di pietà di Bologna in età barocca*, Bologna, Il Mulino, 2014, pp. 61-190.

44 Para esta temática veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, "As confrarias e as Misericórdias", in Oliveira, César (Dir.), *História dos Municípios e do poder local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 57.

45 A confraria de São João de Calatayud, em Espanha, distribuía "duas medidas de trigo" aos irmãos doentes, viúvas de irmãos e rapazes maiores de 15 anos. Os irmãos pobres recebiam até "30 medidas de trigo". A esmola era entregue no dia 21 de dezembro, dia de São Tomás. Veja-se Resano Sanchez, Miguel, "Cofradía y Hospital Familiar del Señor San Juan de los Labradores de Calatayud", in *Cadernos de Aragón*, 18-19, 1984, pp. 280-281.

46 Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A ajuda aos pobres nas confrarias...", pp. 443-453.

47 Para esta função veja-se o trabalho de Pimentel, José Hermes dos Santos, *A assistência à alma na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópolo de Braga (1700-1750)*, Braga, Universidade do Minho, 2015, dis. de Mestrado policopiada, pp. 97-158.

Espaços de representação social, as confrarias foram ainda esferas de reforço de identidades, de estreitamento de laços profissionais ou grupais e patamares de promoção social. Eram, também círculos de poder, exercido através dos cargos anualmente eleitos⁴⁸, bem como lugares de integração socio-política⁴⁹.

Promoviam importantes realizações festivas, compostas por missas, sermões, procissões, etc. Comemoravam o santo padroeiro, fazendo normalmente coincidir o dia das eleições para os corpos gerentes com esta festa, bem como outros momentos de relevo do calendário litúrgico. Como nestas ocasiões todos os irmãos (ou vários deles) apareciam na instituição, as festas constituíam momentos ímpares de sociabilidade, de convívio entre todos, reforçando laços de amizade e de pertença, mas simultaneamente de discussão e conflituosidade⁵⁰. Tratava-se de atos integradores, que tornavam mais sólido o sentimento de grupo. Serviam, simultaneamente, para dar a conhecer toda a capacidade de realização da instituição, bem como a dignidade com que os levava a cabo. Ornamentavam-se os altares, limpava-se a igreja, preparava-se o caminho por onde passava a procissão, lançavam-se ervas cheirosas em alguns espaços e cuidava-se das alfaias religiosas. Os gastos eram sempre elevados, porque era necessário pagar a música, preparar os andores, vestir imagens, comprar e reformar a cera, iluminar o espaço, bem como pagar os sermões aos pregadores e a música. As festas envolviam sempre elevados custos, suportados pelas receitas das confrarias e/ou pelos próprios irmãos e outros cren-tes⁵¹. Todavia, a participação das confrarias em festas ia muito além das que promoviam. Estas instituições faziam-se representar nas cerimónias festivas realizadas pelas suas congéneres, pelo poder municipal e também, no caso das cidades, pelas Sés.

Em finais do século XVIII, as confrarias entraram novamente em crise. Tempos de mudança, que fustigavam alguns dos princípios por elas defendidos, levaram estas associações religiosas a viverem situações complicadas. Muitas irmandades desapareceram, enquanto outras entraram em agonia.

48 Consulte-se Abreu, Laurinda, "Confrarias e irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e poder", in *I Congresso Internacional do Barroco*, vol. I..., p. 14. No século XX, as confrarias passaram a fazer eleições de três em três anos.

49 Para esta problemática leia-se Didier, Lahon, "Esclavage, confréries noires, saintiété noire et pureté de sang au Portugal (XVIe et XVIIIe siècles)", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XV, 2003, p. 130.

50 Sobre as confrarias de Lisboa veja-se Lousada, Maria Alexandra, "Espaço urbano, sociabilidade e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime", in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular...*, p. 555.

51 Um estudo circunstanciado sobre as festas em Ponte de Lima encontra-se em Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, dis. de Doutoramento policopiada.

Como estratégia de vida foi ainda adoptada a fusão de duas ou mais confrarias numa só⁵². O processo de redução do número destas instituições verificou-se em toda a Europa católica. Sobre estas associações recaía o ónus de gastarem muito dinheiro em festas, de promoverem a ostentação e o luxo numa altura em que as receitas minguavam e exigiam parcimónia⁵³. Todavia, os novos ventos do Iluminismo, a progressiva secularização e até os novos círculos de sociabilidade retiraram algum protagonismo a estas associações.

Braga assistiu na Idade Moderna a um movimento intenso de confrarias, vendo algumas delas transitarem do período anterior, outras a nascerem e a afirmarem-se, criando uma rede muito vasta destas instituições. Poucas cidades terão conhecido a mesma densidade confraternal que Braga. Só por esta razão, estas instituições mereceriam ser objeto de estudo. Mas a sua ação enquanto espaços ativos de religiosidade, de sociabilidades, de poder e de apoio, principalmente aos seus irmãos, merece uma atenção mais cuidada. Acresce ainda o facto de se terem preservado até aos nossos dias arquivos riquíssimos que dão a conhecer a vida destas importantes associações, mas onde se analisam igualmente muitos retalhos da vida da cidade e das suas gentes. Por elas passam aspetos relacionados com a salvação da alma, a ajuda aos mais pobres, o crédito, as rendas e os foros, a aquisição de consumíveis, as festas, a conflitualidade, as várias faces do poder, a edificação de património, enfim, assuntos presentes no dia-a-dia destas instituições e que deixaram rastros nos seus arquivos. Podem também estudar-se as relações com o Paço Arquiepiscopal, com a Câmara e até com a Santa Sé. Um outro campo de análise está associado à rivalidade e conflitualidade existentes, mas também a concórdia, a paz e a conjugação de esforços verificada nestas instituições. Por elas passaram muitos momentos da vida da cidade e da sua população.

Tendo em consideração a malha densa destas instituições na cidade, o livro abarca apenas um leque muito pequeno de confrarias, mas tem como objetivo principal dar a conhecer o esforço de investigação que tem sido feito nos últimos anos, procurando chamar a atenção para a sua importância. Esse trabalho foi iniciado pelo nosso colega Prof. José Viriato Capela que orientou vários trabalhos nos cursos de pós-graduação da Universidade do Minho e tem vindo

52 Para Braga veja-se Capela, José Viriato, Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, FCT; Associação Comercial de Braga, 2002, p. 167. No Pico de Regalados as duas confrarias das Almas que existiam fundiram-se em 1791, por se encontrarem sem irmãos e, os que ainda eram vivos, estavam velhos e sentiam-se incapazes de efectuar as tarefas a que os estatutos os obrigavam. Estavam ainda sem meios financeiros. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Rezar e cantar pelos vivos e pelos mortos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII", in *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Verde, nº 1, 2005, pp. 236-237.

53 Consulte-se Szmolka Clares, José, "Cofradías y control eclesiástico en la Granada barroca", in *Espacio, Tiempo y Forma*, série IV, t.7, 1994, p. 394.

a ser por nós continuado nos mesmos graus académicos. Através deles temos vindo a levantar o edifício confraternal bracarense da Idade Moderna, embora tenhamos consciência do caminho que ainda falta percorrer e da necessidade de equipas de trabalho interdisciplinares para abarcar todos os seus aspetos.

O texto de Ariana Almendra estuda a organização interna e a assistência aos irmãos na confraria de São Vicente. A reflexão centra-se no século XVIII e dá corpo à estrutura governativa da instituição, bem como às suas práticas de caridade junto dos irmãos doentes e pobres, mas também aos que sendo velhos e incapazes precisavam de ajuda. Esta importante instituição teve ainda a seu cargo a obrigação de distribuir dois legados para distribuir dotes de casamento.

Confraria com um corpo muito robusto de irmãos e poderosa, a irmandade de São Vicente é abordada num momento de pujança, captando irmãos, legados e dinheiro, num altura em que muitas da cidade, sobretudo as mais pequenas se agregam às maiores para poderem continuar a existir.

O culto a São Francisco, através dos seus estatutos, foi analisado por Marta Lobo, que estuda a confraria de São Francisco Xavier, da Sé. Aqui se analisa a sua fundação, os seus órgãos diretivos e as práticas assistenciais na vida e na morte aos seus membros. À semelhança de outras confrarias da cidade, embora neste livro só seja abordada na de São Vicente, também na de São Francisco se assistiam os irmãos doentes e presos, existindo mesários com essa especial tarefa.

A estrutura administrativa desta associação assemelha-se em muito à já conhecida para outras instituições da cidade, demonstrando existir como que um modelo que servia de base administrativa, configurando, pese embora as especificidades de cada uma, uma certa harmonia nas práticas e procedimentos. Esta realidade não se afigura totalmente nova e está muito em sintonia com a concorrência existente nestas instituições em torno dos enterros e da salvação da alma.

Ricardo Silva apresenta-nos um trabalho sobre as confrarias conventuais, destacando o seu papel na promoção dos cultos em clausura, bem como na assistência à alma das religiosas. Servindo-se das redes de solidariedade que estas instituições formavam, as religiosas acompanharam o movimento de assistência à alma, instalando nos seus cenóbios formas de aumentar a fé e mecanismos de promoção das práticas religiosas.

Com a instalação destas instituições nos espaços de clausura feminina, criaram-se também condições para que neles se instituísem legados e se alargassem as relações entre o seu interior e o mundo exterior em torno do perdão dos pecados e da salvação.

O autor assenta a sua análise nas confrarias dos conventos franciscanos dos Remédios e de Nossa Senhora da Conceição, conhecendo cada um deles um

elevado número destas associações. Criadas pelas próprias religiosas, investindo muitas delas muito dinheiro para que se mantivessem ativas, as freiras demonstravam com estas atitudes conhecerem e acompanharem o movimento confraternal e as suas vantagens para a promoção de sociabilidades, mas principalmente para o caminho da salvação.

Sara Silva analisa a confraria de Nossa Senhora do Carmo em finais do Antigo Regime, chamando a atenção para o papel desempenhado no culto a Nossa Senhora do Carmo, ela que nasceu numa instituição carmelita, e a maneira como geriu as suas receitas e despesas. Este estudo reveste-se de particular importância por abordar uma temática que nem sempre tem recebido a atenção devida dos investigadores.

A autora faz uma análise cuidadosa das principais fontes de rendimento da instituição, bem como dos setores de gastos, concluindo pela existência de uma boa gestão nos anos em que se debruçou a análise, permitindo observar saldos positivos. Dá ainda particular relevo ao setor do crédito. Contrariamente ao verificado em muitas congéneres que sofriam de défices acumulados, a instituição de Nossa Senhora do Carmo, talvez por ser ainda jovem, vivia um período desafogado.

O texto de Elsa Silva reporta-se às cerimónias quaresmais desenvolvidas pela importante confraria de Santa Cruz. Nascida em finais do século XVI, esta associação teve desde cedo um desempenho muito relevante na organização das celebrações da Quaresma e em particular da semana santa. A instituição punha grande investimento nestas festividades, passando parte do ano a prepará-las, como é provado através das suas fontes.

A irmandade assumia-se como uma das principais promotoras destas cerimónias, jogando uma parte importante do seu prestígio na sua realização. Embora uma parte dessas realizações decorresse dentro da sua igreja, as procissões faziam-se também no exterior, havendo necessidade de se criarem condições dignas onde não era habitual existir culto. Esses itinerários procesionais são também estudados, nomeadamente o da procissão dos Passos.

A autora faz ainda uma reflexão sobre o cerimonial destas ocasiões, chamando a atenção do leitor para os gastos inerentes a estes momentos festivos.

O trabalho de José Hermes Pimentel debruça-se sobre a confraria da Santíssima Trindade, nascida na Sé, mas depois alocada na igreja do Pópulo, e a sua ação na assistência à alma, na primeira metade setecentista.

O acompanhamento, as missas, outros sufrágios e as "amentas" eram práticas seguidas nesta instituição com raízes medievais. Para já, e porque como dissemos o caminho é longo, foi a única instituição em que encontramos a imploração coletiva das almas do Purgatório, através das "amentas". A importância das missas para a salvação das almas, os altares em que eram celebradas, o ritmo a que sucediam, os montantes gastos com elas, as que ficavam

em atraso e as "amentas" são analisadas em particular neste trabalho, demonstrando o investimento feito pela instituição no auxílio aos mortos.

Quando as confrarias entraram em crise e enfrentaram a dureza de não poderem cumprir os legados que lhes tinham sido confiados, pediram a Roma a sua redução ou anulação para resolverem as muitas missas em atraso e que não conseguiam mandar celebrar. O texto de Tiago Ferraz analisa esse fenómeno nas mais fortes confrarias da cidade ao longo do século XVIII, privilegiando a ação desenvolvida junto da Santa Sé para resolver este pesado problema. Foram estas instituições que pelo prestígio e segurança que davam aos fiéis angariaram um maior número de legados e principalmente aqueles que perduravam até o mundo durar. Todavia, não esqueceu as confrarias de menor dimensão, convocando-as de igual forma para a sua análise.

O estudo reflete a forma como estas instituições geriam os legados recebidos, cruza esses dados com a conjuntura da época e explica a sobrecarga de encargos recebidos e a incapacidade destas instituições os cumprirem, não tendo outro caminho senão o de pedir a redução dos sufrágios em atraso ou mesmo a sua anulação.